



SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA  
CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – CONED/SP

**ATA DA 192ª REUNIÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – CONED-SP**, realizada aos 05 (cinco) dias do mês de dezembro do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), no período das 09h às 12h, de forma presencial, sito a Rua Boa Vista, 170 – 2º andar - Centro. Participaram os conselheiros titulares e suplentes como segue: Nubia Elias dos Santos (SES), Raul Machado Tiltscher (DENARC), Rogério Augusto da Silva (PGE), Marcos Paulo de Oliveira Alves e Vera Lúcia Bagnolesi (SJC), Ana Paula Forli (SEFAZ), Angela Maria Visconti (S.Esportes -aguardando publicação), Eliana Borges G.R. da Silva e Paulo H. Bonfim Xavier (SEDS), Cláudia Pietro Contento (SDUH), Jurema Reis C. Panza e Edison de Almeida (FDE), Sumaia I. Smaira (UNESP), Sebastiana da Silva Fontes (ABRAMD), Heloisa J.Scattone (LEIPSI), Filipe A.Yamaki (PROAD), Edna Cristina O.Thome de Souza (FEBRACT), Mauro de Mesquita Spinola (FPA), Solange A.Mendes da Silva (PS), Daniel Luiz P. Biral (ACUCA), Vitor O.A. de Barros (DPESP), Luiz Sales do Nascimento (MPESP), Maria C. Mazzaia (COREN), Vera Lucia R.N.Hansen (CRF), Laura Sahn Shdaior (CRP), e Cecília Galício Brandão (OAB).

**Justificaram:** Vanessa Lopes Munhoz e Ana Carolina S.S. Gonçalves(CVS), Juliana V. Quarenta(FUSSP), Efrem E.Colombani e Deisi Guelfi (SECEIC), Alessandra S. Conversani (SAP), Flávio A. Gomes de Azevedo (SEDUC), Nathache K.C.Oliveira e Maria Angélica A. da Silva (F.CASA), Joselaine Ida da Cruz (CEBRID), Isabel Ferreira da Silva e Aline C. Trevelin (ABEAD), Lúcia D. Sdoia e Maiquel Gorin (IPH), Maia Angélica C.Comis (REDUC), Marta E. de Souza Reis e Michelle A.A.Cury (CEFATEF), Kalil Bueno Abdalla (CREMESP), Cesar Augusto Agaras P. Garcia (CRESS) e Maurides de Melo Ribeiro(OAB).

**Sem justificativa:** Sara G. Orsi e Sandra M. Barelli (SES), Nelson C. Rosa Vieira e Walter Cabello Neto (PROERD), Marilena Camargo (FUSSP), Yara Nobrega Toscano (SAP), Layla S.Lopes da Silva e Jiane P. Caldeira (SDE), Luciléa C.Rocha (SEDUC), Vera Lucia S. Martins e Luiz F. Rigonatti (IMESC), Solange A.Nappo (CEBRID), Ricardo Abrantes do Amaral e Fabio Carezzato (GREA), João Clímaco P. Trindade e Guilherme P. Messa (S.CASA), Thalita F. Dias e Laura de S. Cury (ACT), Ronaldo L.Rissetto e Miguel Tortorelli (FEAE), Jorge Artur C. Floriani (REDUC), Andreza do Nascimento Almeida e Renato Filev (PBPD), João Paulo B.Lopes e Rodrigo Levin (DPF), Lucas V.Molino Loureiro e Matheus M.S.Cruz (SMDHC), Lisiane C. Braecher e André Libonati (MPF) e Regiane C. Ferreira (CRESS).

**Ouvintes presenciais:** Carlos Eduardo Medeiros (Comunidade Só Por Hoje) e Ananda Portaro (É de Lei).

## CONVOCAÇÃO

São Paulo, 22 de novembro de 2024

Em nome da Presidente do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas (CONED-SP) venho **CONVOCAR todos os Conselheiros (titulares e suplentes)**, a participar da **192ª Reunião Ordinária** a realizar-se no dia **05 de dezembro de 2024**, no período das 09 às 12h, de forma **presencial**, sito **Secretaria de Desenvolvimento Social – Rua Boa Vista, 170 – 2º andar – Sala de reunião do CONSEAS - Centro Histórico**.

**Senhor Conselheiro (a), participando da reunião você está autorizando a gravação da reunião.**

### PAUTA

1. Aprovação das Atas: 190ª Reunião Ordinária, 5ª Descentralizada São José do Rio Preto e 191ª Reunião Ordinária/ 6ª Descentralizada Araraquara;
2. Informes:
  - a) Fórum Nacional de Conselhos Estaduais, e Municipais de políticas sobre Drogas



SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA  
CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – CONED/SP

- b) 9º Congresso Freemind:
3. Apresentação de entidade da Sociedade Civil (CEFATEF);
  4. Relatório com os resultados obtidos nas reuniões descentralizadas sobre COMADS;
  5. COMUDA – Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas e Álcool-SP;
  6. Confraternização

Marcos Paulo de Oliveira Alves

Secretário Executivo

Atenção: Conforme Regimento Interno vigente - Capítulo VI das ausências e afastamentos

Artigo 38 - O membro do colegiado ausente por 2 (duas) vezes, de forma injustificada, ou por 4 (quatro) vezes, ainda que justificadamente, no período de 12 (doze) meses de mandato, terá a sua substituição solicitada ao órgão ou entidade que represente.

§ 1º - Na ausência do titular e com presença do suplente, não há exigência de justificativa.

§ 2º - Na ausência do titular e do suplente a justificativa deverá ser apresentada em nome da instituição, por escrito, em até 2 (dois) dias úteis após a reunião a que se referir.

§ 3º - Não sendo apresentada justificativa para a ausência do titular e do suplente no prazo acima indicado, será atribuída falta.

§ 4º - O disposto no caput deste artigo não se aplica: 1. à ausência a reunião extraordinária, quando justificada; 2. à ausência ocasionada por situação excepcional reconhecida pelo Plenário do Conselho.

§ 5º - Todas as ausências serão consignadas em ata.

A Presidente inicia a reunião e apresenta a representante da Secretaria de Esportes **Angela Maria Visconti** que fez sua apresentação. Após apresentação **Eliana** diz que é preciso pensar como o esporte pode agregar junto a nossa política. **Marcos** da continuidade a reunião e faz a leitura da pauta. Faz justificativa da não apresentação da entidade CEFATEF por motivos de doença e internação a mãe da Conselheira Marta que faria a apresentação. Retorna ao item 1) Aprovação das Atas da 190ª Reunião ordinária, 5ª Reunião Descentralizada e 191ª Reunião Ordinária e 6ª Reunião descentralizada. Diz que as mesmas foram encaminhadas por e-mail para considerações dos conselheiros. Não havendo nenhuma interferência pergunta se as atas podem ser aprovadas. **Aprovadas por todos** (considerando o quórum) **por unanimidade e na integralidade**. Passa a palavra para Presidente que sugere alteração da ordem da pauta e pede para que o COMUDA fale antes das apresentações dos Relatórios sobre as descentralizadas. **Aprovado por todos**. Segue para o item referente ao Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Municipais de políticas sobre Drogas. Diz que este aconteceu no 9º congresso Freemind. Explica que existe o COPEN – Colegiado dos Presidentes Estaduais de Políticas sobre Drogas que pensou neste Fórum. Este aconteceu no município de Serra Negra onde estava sendo realizado o Freemind. Diz que antes do Fórum aconteceu uma reunião com a Sra. Marta que é a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas onde ela trouxe algumas questões que já estão em discussão. A primeira: como trazer os recursos dos ativos (leilões de bens apreendidos do tráfico) dinheiro depositado no Fundo Nacional e que existe uma legislação de como é distribuído o dinheiro. Fala que infelizmente poucos recursos ficam para a área de assistência social, educação, saúde, a maioria vai para segurança pública. Diz que existe uma pressão dos conselhos estaduais para que o governo federal pense e repense como dar sustentabilidade aos conselhos que carecem de sustentabilidade para pagamentos de diárias para que os conselheiros possam participar das ações (como as descentralizadas), fiscalizações, aluguel de um veículo e outros. Nós não temos estas rubricas. Da um exemplo de Mato Grosso do Sul que tem uma excelente estrutura, 3 caminhonetes, (atuam com os povos originários), enquanto tem estados que se quer tem conselho instalado. Cita que a Secretaria disse que no ano que vem devem trazer recursos para dar suporte aos conselhos. Diz que o governo federal quer implantar um serviço que irá envolver os egressos e querem colocar na mesma estrutura da sede dos conselhos este projeto. Diz que foram contra pois uma coisa é um conselho de políticas sobre drogas e outra é um serviço



SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA  
CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – CONED/SP

voltado para as pessoas egressas. Outro ponto de informe é que os Presidentes dos Conselhos Estaduais receberam a denúncia de que tinha uma pessoa que se apresentava como presidente do conselho da paraíba e ele não era presidente. O conselho nem estava constituído. Diz que foi solicitado saber se a informação: 1) é real (com documentos que prove)?; 2) Ficou decidido que todos os conselhos iriam encaminhar as Atas de eleição e posse. Não somente as Atas, mas também a publicação e a partir daí podemos acionar o CONAD para as devidas providências. Além do citado existe conselho que não faz eleição há mais de 10 anos. Diz que este fato causou constrangimento pois na reunião do fórum havia uma determinação que quem fazia as apresentações seriam Presidentes gestores e a pessoa se apresentou como e não era. Cita que foi feita apresentação de como cada conselho está atualmente. Fala que neste ano um dos grandes avanços que tivemos foi realizar as descentralizadas apesar de cansativo, mas foi muito rico e importante. Cita que os outros estados não têm esta experiência. Fala que foi solicitado mais informações sobre esta ação. Diz que abrimos um caminho muito grande. Nosso país é continental, os estados são continentais, e como pensar para realizar no Amazonas por exemplo. Cita que irá receber o Presidente do Conselho do Pará no dia 12. Uma das pautas dele é as reuniões descentralizadas. Ele também é Secretário de Justiça. Ele irá trazer um pouco do trabalho deles com os povos originários e que nós não temos. Cita que o Pará está muito preocupado de como se preparar para a COP 30 uma vez que o maior problema do estado é o alcoolismo e está chegando muito estrangeiro no estado trazendo as drogas sintéticas. Cita que foi marcada reunião com a UNIFESP e com o pessoal do HUB de serviços. Passa para o Congresso Freemind onde aconteceram vários cursos. Passa a palavra para Edna falar sobre o curso sobre mulheres que vivem a questão do transtorno de uso de substâncias. Edna fala que o que foi muito importante no curso e pensar algumas coisas como quando falamos de tratamento para as mulheres temos apenas um recorte do tratamento para homens. É preciso se ter a sensibilidade que a dinâmica com as mulheres exige outro manejo, outras concepções sejam de ordem física, psicológica, e também no contexto do protetivo. Precisa existir uma rede consolidada, não fragmentada, precisa não ter estigmas, questões de ordem moral voltado para a situação do trabalho, um cuidado com questão da maternidade (no caso do Brasil), que nenhuma criança pode ser acolhida (quebrar vínculos) em função da sua mãe estar em processo de acolhimento. Diz que o mais grave é o tratamento que são reproduzidos os que já existem para os homens. Não existe trabalhos específicos na América Latina e no mundo que cuide da mulher dentro das características do gênero. Cita que quem financiou o curso é a OEA CICAD (Organização dos Estados Americanos - Comissão Interamericana para o controle do abuso de drogas) a partir daí a construção de uma rede para pensar todas estas questões de treinamentos para profissionais, uma coisa é estar em treinamento, outra coisa é incorporar esta aprendizagem e outra é transformar tudo isso em prática que seja saudável e respeitoso para as mulheres. Estamos na construção de uma rede Brasil. Fala que o curso foi em espanhol com tradução. Cita que o curso foi de uma semana, 8 horas diárias. Mauro diz que onde atua tem grupo de mulheres e gostaria de saber se tem como ter acesso a estas orientações. Edna diz que estão começando algumas tratativas do interesse do Brasil por esta temática e é preciso saber como irão caminhar as tratativas. Eliana fala que estão tentando negociar (governo), pois o conteúdo é muito rico e vem de encontro a algumas questões que estamos vivenciando nas intervenções com mulheres. Diz que mesmo com os avanços há a dificuldade de intervenção com as mulheres. Temos grandes enfrentamentos com a vigilância sanitária. A mulher sofre muitos estigmas. Diz que ainda temos que aprender muito. Eliana passa para as informações do COMUDA. Verinha (representante governamental) cita que houve eleição para a nova gestão do COMUDA. Fala que foram trocadas algumas entidades (no COMUDA o Prefeito indica 4 entidades da sociedade civil para compor o conselho). Houve a eleição (individual – não é a construção de uma chapa) e quem foi eleita para presidência (esta gestão a presidência é do governo), foi a Lucas



SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA  
CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – CONED/SP

Molino que é a Coordenadora de políticas de drogas do município. Com esta posição a sociedade civil retirou suas candidaturas. Cita que houve outra reunião para definir a vice-presidência e secretaria executiva e nesta a sociedade civil se colocou e foram votados Alexandre Araújo da Faces e Vozes como Vice-Presidente e Michel Marques da Plataforma Brasileira de Políticas sobre Drogas como secretário executivo. Filipe pede a palavra e diz que esteve na última reunião (que aconteceu no dia anterior a do CONED). Cita que uma das questões da composição do COMUDA é de que havia sido indicada pelo governo a SPDM. Houve indignação e o governo retirou entidades que de alguma maneira tem vínculo de contrato com a Prefeitura como é o caso da Fundação Porta aberta. Fala da eleição da executiva e diz que a sociedade civil entendeu que não houve conversa prévia e se retirou. Cita que aí foi adiada a eleição de vice e secretário para a próxima reunião e diz que houve uma conversa melhor e retomaram as candidaturas. Fala que na reunião ocorrida ontem foi trazida propostas temáticas e administrativas. Laura pede a palavra e diz que a sociedade civil estava descontente (na eleição do COMUDA) em razão de que as pessoas se organizaram para estar lá no dia da votação (pessoas que não costumam compor) somente para votar e se retirar. Mauro pede a palavra e pede ao CONED para se aperfeiçoar quanto a indicação das entidades. Fala que a Fundação Porta Aberta tem 13 anos e participava do COMUDA há vários anos. Cita que por conta de uma entidade, tornaram uma regra para todas. Diz que o que parece razoável é que as entidades da sociedade civil tenham que mostrar seus serviços. Vitor pede a palavra e fala que a Defensoria está participando junto com o Ministério Público Federal, o Ministério do Trabalho, CRP de uma inspeção junto a comunidades terapêuticas. Esteve em Indaiatuba, Avaré (inspeção tranquila), Suzano (encontraram uma situação bastante complicada – CT insalubre e com adolescente, trabalho forçado e foi interditada). Eliana perguntou o que foi feito das pessoas. Vitor disse que os familiares foram buscar, Indaiatuba (já estava interditada) e Francisco Morato. Vitor diz que quando chegar o material do MPF ele repassará. Eliana diz que neste dia devemos nos dedicar a apresentação do relatório (pauta). Eliana fala que nas reuniões descentralizadas, a situação das comunidades terapêuticas apareceu. Diz que é defensora de uma legislação clara e incisiva. Sem isso não há possibilidade de exclusão dos serviços ruins. Pergunta se a ação é nacional? Vitor diz que a defensoria aderiu a ação de São Paulo, mas acredita que seja nacional. Diz que são entorno de 80 unidades a serem inspecionadas. Eliana cita que ouviu de conselheiros que existem unidades que tem cerca de 5.000 pessoas em lugar de piso de terra batida e a fiscalização não consegue chegar. Cita que na semana estava dando suporte para uma unidade feminina de Pindorama, não pertence a rede do estado, mas houve denúncias com violações de direitos e a vigilância sanitária disse que estava lacrado. A pergunta era o que fazer com as pessoas? Foi avisado para o município e as técnicas da assistência social ligaram para a DRS que não sabiam o que fazer, ligaram para DRADS e estes pediram que se comunicasse com a Coordenadoria de Políticas sobre Drogas e aí ela foi dar suporte no sentido de: cadê os estudos de caso das pessoas? Para onde podem ser encaminhados? Disponibilizamos contatos de outros municípios e ajudamos no encaminhamento das pessoas. Diz que o município também tem que se responsabilizar por deixar instalar uma instituição dessa sem as devidas fiscalizações. Fala que na situação citada pelo Vitor, ainda tinha adolescentes. Muito grave. Fala que na reunião descentralizada em Araraquara, tivemos um município que disse um juiz determinou que fizesse a internação em CT de um adolescente e que estava internado a cerca de 9 meses. Diz que primeiro erro é que CT não pode receber internação. Segundo erro, juiz determinar e terceiro, adolescente jamais. Em outro município (na descentralizada de São José do Rio preto) eles falaram que havia pessoa internada a mais de um ano (já fizemos a intervenção) por determinação judicial. Vitor cita que na inspeção identificaram a falta de projeto terapêutico. Eliana sugere que nas vistorias seja perguntado há quanto tempo elas estão internadas e quem as encaminhou. Edna diz que quer colocar umas reflexões. Diz que este mecanismo de fiscalização é de suma importância. Diz que gostaria



SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA  
CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – CONED/SP

de olhar para uma fiscalização que é multidisciplinar mas também para todos os serviços que atendem a questão do transtorno por substâncias. Diz que as Cts são um dos serviços. Diz existem outros que também precisam ser fiscalizados porque vivem a violação de direitos com cunho muito moralista. Diz que é muito importante que se defina o que é um serviço de comunidade terapêutica. **Eliana** diz que existe um mau caráter muito grande no sentido de utilizar denominação de Ct e na realidade são clínicas. **Edna** diz que um terceiro ponto é de que não se tirasse o olhar ou a fiscalização em cima de uma rede ampla que comprem estes serviços irregulares, inclusive prefeituras por ausência de outras políticas públicas, como vimos no passado a Fundação Casa. Cita que juiz faz isso. **Paulo** pede a palavra e diz que uma dica para fiscalização é de olhar para como foi a entrada dessas pessoas. Tem que descobrir quem são as pessoas que fazem os encaminhamentos de adolescentes. **Filipe** diz que sente falta do Conselho se posicionar das questões que chegam para ele. Diz que o Conselho deveria fazer uma nota sobre estas questões. **Eliana** diz que na apresentação da Cecília devem vir algumas questões e aí podemos ver os pontos de violações colocados. Houve pausa para o café. Após, **Eliana** passa a palavra para Cecília realizar a apresentação do Relatório com os resultados obtidos nas reuniões descentralizadas sobre COMADS. **Cecilia** prepara sua apresentação e explica como foi a construção. Relata sobre a pesquisa realizada antes da realização das reuniões descentralizadas. Enquanto Cecília ajeita os slides **Eliana** fala que em janeiro realizamos nosso planejamento e nele estava as reuniões descentralizadas. Cita que cumprimos a realização das 06 reuniões descentralizadas. O planejado no início do ano foi cumprido. **Cecilia** retorna para sua apresentação e diz que cada região tem uma peculiaridade e que vai apresentar um geral e a partir daí poderemos definir os próximos passos.

### Resumo Conclusivo das Reuniões das Macrorregiões

Análise Consolidada e  
Recomendações

### Resumo Geral das Reuniões

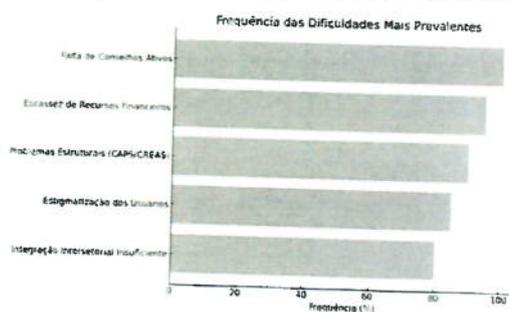
- As reuniões abrangeram seis macrorregiões:
  - - Macro I: Campinas
  - - Macro II: São José do Rio Preto
  - - Macro III: Araraquara e Ribeirão Preto
  - - Macro IV: Bauru e Marília
  - - Macro V: Vale do Paraíba e Baixada Santista
  - - Macro VI: Região Metropolitana de São Paulo
- Os principais desafios foram identificados em cada região.



## Dificuldades Gerais Consolidadas

- 1. Falta de conselhos ativos ou estruturados.
- 2. Escassez de recursos financeiros e infraestrutura.
- 3. Estigmatização dos usuários.
- 4. Problemas estruturais (ausência de CAPS e CREAS).
- 5. Integração intersetorial insuficiente.

## Frequência das Dificuldades Mais





## Distribuição Percentual das Dificuldades por Categoria



### Conclusões Gerais para Apoiar as Próximas Ações

- 1. Reativação e fortalecimento dos conselhos municipais.
- 2. Investimentos em infraestrutura e capacitação.
- 3. Ampliação de campanhas preventivas e políticas de redução de danos.
- 4. Promoção de integração intersetorial.
- 5. Criação de fundos específicos para ações regionais.

Após a apresentação Cecilia devolve a palavra para a **Presidente** que diz que o principal problema apresentado foi a ausência de Conselho Municipal que podemos estar destrinchando pois temos ausência de que nunca foi instalado, ausência de que tem lei mas não implantado, e tem o instaurado mas sem participação. Lembra que havia como tarefa que além das descentralizadas precisamos preparar um documento sensibilizando os prefeitos e orientando como começar a implantação de COMADS. Este documento deverá ser encaminhado em janeiro/25. Precisamos ter em mente que os municípios pequenos não terão uma consultoria jurídica. Precisamos enviar propostas de Lei, pensar em quem poderia participar do conselho, falar a linguagem deles. **Cecília** (inaudível). **Cecilia** fala que tem município que não conseguirá ter um Conselho. **Verinha** lembra de um município que falou em uma das descentralizadas que eles criaram e trabalham bem como comissão. **Rogério** fala em regionalização. Juntar 10 a 15 municípios e criar um conselho regional. **Criz Mazzaia** diz que esta ideia é muito boa. **Rogério** diz que isso já vale para os serviços. Diz que isso já existe para equipamentos de alta complexidade. **Jurema** (inaudível). **Eliana** diz que a ideia de Conselhos Regionais é brilhante. Cita que os municípios têm serviços regionais. **Jurema** fala da importância de uma cartilha que sensibilize a comunidade da



SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA  
CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS - CONED/SP

importância. **Rogério** diz que nas descentralizadas observou que as questões vinculadas às drogas estavam atreladas às questões relacionadas às atividades econômicas principais de cada município. Era quase um copia e cola. **Verinha** diz que outra questão são os municípios que tem penitenciária. **Eliana** diz que sentiu muita falta de dialogar com municípios que tem muitos presídios que pertencem a Macro II que é muito grande e houve dificuldades para os municípios estarem presentes. A sede da DRADS (no caso São José do Rio Preto) que fez a reunião conseguiu mobilizar os municípios da sua DRADS. Diz que é uma Macro muito grande em questão territorial. Defende que as descentralizadas devam permanecer, mas indo para outra DRADS. Cita que poderia ser feita uma em Presidente Prudente que deverá atingir vários municípios do entorno que vai trazer uma outra questão que é a dos presídios. **Laura** pede a palavra e pergunta: das cinco dificuldades apresentadas, a estigmatização dos usuários foi apontada? **Cecilia** diz que sim. **Laura** cita que é um dos pontos mais difíceis de ser trabalhado. **Eliana** fala que no primeiro momento acreditávamos que estariam presentes municípios com conselhos instalados. Cita que **Verinha** (parabeniza pelo trabalho de divulgação junto aos municípios) e as Drads acionaram vários municípios e a maioria não tinha conselho instalado. Sendo assim o público presente foi ao contrário do que imaginávamos, não tinham conselho e houve prioritariamente a participação da assistência social e saúde. Diz que estes técnicos estão solicitando capacitação. Este é outro ponto que precisamos pensar, como trabalhar com estes técnicos. **Eliana** fala que este ano nosso trabalho foi bom. Conseguimos dar início a próximas ações. **Angela** pede a palavra e pergunta – foi colocada a questão dos presídios e da Fundação Casa também? **Eliana** diz que a Fundação Casa ainda não. **Edna** fala que partimos para a fase de operacionalização do processo e talvez tenhamos que sistematizar algumas questões: uma delas é que qualquer recomendação que possamos fazer precisa ser acompanhada de formação; outra é que quando vamos falar em regionalização, temos que pensar que a formação tem que atender qual o papel dos conselhos. Muitos municípios entendem que o conselho tem o papel de executor das políticas. **Rogério** diz que pelo que entendeu nestes municípios o conselho tinha papel deliberativo porque tem fundo. **Edna** diz que está falando da execução do serviço que não é papel do conselho. **Jurema** diz que precisa ser uma capacitação permanente. **Cecilia** fala sobre a nomenclatura dos conselhos pois muitos ainda são antidrogas. Pensa em Conselho Municipal de Políticas de álcool e outras drogas e continua COMAD. **Eliana** passa a palavra para **Paulo** que diz que a grande questão é o não esclarecimento no âmbito dos três governos como por exemplo porque falar sobre CAPS e outros e avaliação desses serviços. Falamos porque atendemos TUS - Transtorno de Uso de Substâncias e estes serviços passam por nós. Temos que conversar com a saúde mental por conta dos CAPS pois este virou um Centro Pop em São Paulo e nas grandes capitais. Diz que precisamos repensar a RAPS que está muito ruim. **Eliana** fala que estamos na crise da identidade. Diz que quando chegarmos em um município e dizer que é preciso implantar um Conselho municipal sobre drogas temos que dizer o porquê é importante e o que fará de diferente. Pergunta qual a importância de um Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas? Ele tem que ir além, não é só para nós. Cita que nas reuniões perguntava para os municípios como o CONED pode ajudar e a maioria das respostas era: Só de vocês terem saído de São Paulo e virem nos ouvir já nos auxiliou. **Eliana** fala que o conselho tem expertises dentro para que possamos montar seminários para discutir sobre estigmatização, estrutura legal, legislação, e outros sem precisar convidar ninguém de fora. Lembra que na oficina de janeiro foi dito que nossa maior potência era a diversidade na composição do conselho. **Eliana** diz que temos muito trabalho e cita que a próxima reunião de janeiro/25 deveria ser uma oficina para construir estas ações e planejar o calendário 2025. Diz que continua defendendo a realização das reuniões descentralizadas. Propõe mudança nas reuniões descentralizadas sendo que no período da manhã fosse um seminário e a tarde ouvir os municípios. Fala que em janeiro já deverão ser solicitadas para todas entidades e secretarias de governo as indicações de nomes de titulares e suplentes



**SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA**  
**CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – CONED/SP**

que deverão compor a nova gestão 25/27. A posse deverá ser em março. Verinha diz que nos ofícios já irão mencionados quem pode ou não ser reconduzido. Eliana fala que a eleição da executiva deverá ocorrer na última quinta-feira do mês de março. Fala que quer cumprir rigorosamente o prazo e lembra que teremos alternância de poder. A Presidência deverá ser sociedade civil e a Vice-Presidência governamental. Sugere que em janeiro se realize uma oficina com dois focos: **pensar nos conselhos municipais e planejamento para 2025. Proposta de datas: dia 28/01 com início às 14h as 17h30, dia 29/01 período integral das 9h às 17h30 e dia 30/01 a 193ª Reunião ordinária do CONED. APROVADO POR TODOS.** Nada mais havendo a Presidente agradece a presença de todos, deseja boas festas e, na qualidade de secretário, lavrei, redigi e relatei o teor da presente ata, que segue por mim assinada e pela Presidente.

São Paulo, 05 de dezembro de 2024.

  
**Eliana Borges**  
Presidente

  
**Marcos Paulo de Oliveira Alves**  
Secretário Executivo